

1. Introdução

“Digo: o real não está na saída nem na chegada:
Ele se dispõe pra gente é na travessia.”
Grande Sertões: Veredas
Guimarães Rosa

Foi no final dos anos noventa, no processo de orientação de um Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, que levantei o olhar sobre a intervenção de empresários junto a questões ligadas à assistência social, educação e saúde. No contexto da difícil construção dos parâmetros da política da assistência social, da implantação da altercada Lei de Diretrizes e Base da Educação, da luta pela hegemonia do novo paradigma da saúde e seu corolário - o projeto de reforma sanitário -, enfim, num novo cenário de emergência dos direitos sociais brasileiros “aparecia” uma realidade “fora de lugar”.

Emergia a presença de um discurso e de ações de iniciativa privada realizadas por empresários, que se autodeclaravam preocupados e promotores de melhorias sociais, para os segmentos mais empobrecidos da população. Não era um discurso desbotado pelos matizes da caridade, mas trazia o *revival* da solidariedade, da doação. Era a mais nova versão do progresso tecnológico, com as modernas ferramentas da racionalidade empresarial capaz, segundo declaravam, de imprimir eficiência e eficácia às antigas práticas sociais de assistência e de intervenção na área social. Erguia-se a ponta de um iceberg! Ela me “obrigava,” não somente a levantar olhar, mas a olhar, entender uma realidade que parecia distante, e, se não tão distante, pagada da memória, pois os tempos eram outros. Tempos cujos novos ares traziam os sonhos construídos há mais de vinte anos e que foram “curto-circuitados” pelos anos de chumbo. O reavivamento das práticas democráticas dos anos oitenta ainda era sentido e dava sentido, mas a complexa e dinâmica realidade já demonstrava os novos sinais, os novos projetos societários, os novos sujeitos que no irromper da “abertura política” não foram percebidos como distintos, na medida em que compartilhavam de um único inimigo comum: a ditadura militar.

“O olhar”, diante deste quadro, lançava-me imediatamente para o campo das perguntas, do *percontáre*, que por conseqüência me conduzia ao movimento da procura, da busca, do *contus*¹. Tal como os latinos (especialmente os barqueiros e os cegos) que precisava do *contus* para conhecer o que existia, para descobrir os perigos e definir trajetos, esta tese se constitui em um esforço de construir a pergunta, e desvendar as respostas. Fruto de quem ainda não vê, ao mesmo tempo em que tem uma curiosidade tecida na realidade que me circundava, e também me constituía, exigindo o reconhecimento dos limites e a humildade de quem não sabe as respostas e, não raras vezes, sequer a pergunta correta. Foi na caminhada que o caminho foi se construindo, e alguns “galhos”² foram tomados, exigindo mais humildade e coragem intelectual.

Com graduação em Serviço Social, construí, posteriormente, minha trajetória acadêmica na área das ciências das religiões – especialização³ e mestrado⁴ – e, ao me deparar com expressões e práticas cunhadas na tradição cristã e manifestadas no mundo corporativo, pensei haver aí uma correlação.

Iniciei meus estudos sobre este tema junto ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora acreditando que aquela “nova” presença dos empresários intervindo, promovendo modelos de ações na área social e que recorriam em seus discursos e justificativas às palavras próprias do campo das religiões, expressaria algum fenômeno religioso num mundo marcadamente moderno e racional. Outra variante a se juntar a essa perspectiva analítica era a possibilidade do retorno do sagrado num espaço cujo “Deus era o mercado”.

1) Segundo Perissé (2002) as origens da palavra “pergunta” remete a *praecuntáre*, do latim popular, proveniente do clássico *percontáre*, referindo-se por sua vez a *contus*. *Contus* era uma vara, um bastão ou uma lança com inúmeras utilidades, que servia desde para as atividades mais agressivas - arma de combate -, como para a travessia de um rio, usada pelos mestres das embarcações que iam tocando o fundo do rio a fim de evitar o encalhe. Os cegos também o usam com um bastão vigoroso com vistas a sondar o entorno e evitar obstáculos, buracos e encontrar seu rumo.

2) Nas paragens das Gerais, mais precisamente na região dos Inconfidentes, aprendi com os homens das roças que para acertar o caminho da chegada é só não pegar galho, mas também, no caso de pegá-lo é só voltar e retomar o caminho perdido, que a chegada é certa.

3) Esquerda Católica e Serviço Social: Novos Horizontes Profissionais, monografia de Especialização em Ciências da Religião, do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora, 1994.

4) Teologia da Libertação e Serviço Social: em busca da transformação social, dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora, 1996.

Naquela época, crescia um despertar para as ações filantrópicas - as doações em dinheiro, talento, tempo e trabalho -, consideradas práticas comuns e acentuadas nos países industrializados que se encontram bem mais ao norte da Linha do Equador. Tomei a *filantropia empresarial* - termo recorrente naquele cenário -, como fenômeno que poderia se inscrever no campo religioso mais amplo: a noção do sagrado e mesmo de uma religião civil⁵.

A leitura utilitarista da vida própria da visão mercantil não coadunava com os termos utilizados para essa prática e que de certo modo expressavam um modo de pensar a gestão, esta que busca uma lógica do imediato, do que pode ser mais rentável. Diante deste contexto e com o conhecimento que dispunha, acreditei ser possível desvelar essa nova realidade sob os conceitos e fundamentos que sustentam o fenômeno da secularização. Explorá-lo em sua possível amplitude foi o caminho iniciado neste estudo, pois o mesmo abarca, conforme assevera Kolakowski (1977), vários processos que, em geral, não se desenrolam conjuntamente e sem dificuldades de compreensão.

A questão em tela - filantropia empresarial - podia significar um decréscimo de participação nas atividades dos organismos cristãos tradicionais. Podia ser a redefinição da prática ou o definhamento da necessidade religiosa institucionalizada que, contraditoriamente, vem acompanhado pela proliferação do interesse pelo oculto, por espiritualidades, ou ainda, outro sentido de secularização - aquele articulado ao esvaziamento da fronteira entre o sagrado e o profano -, isto é, a tendência que consiste em atribuir um sentido sagrado a todas as coisas.

À medida que eu me aproximava da realidade social visível, no diretamente observável, a interpretação elaborada revelava outros aspectos não visíveis, desvelando a necessidade de se buscar outro aporte teórico-metodológico, capaz de identificar e analisar a realidade que pretendia estudar. Defrontei-me com o processo de conhecimento que a cada passo exigia aprofundamentos tanto do objeto conceitual quanto do objeto material de pesquisa

5) Em Rousseau (1986) encontramos essa discussão, mas foram especialmente as elaborações de Bellah (1989) que alimentaram essa perspectiva. Cf, Bellah, Robert N. Civil Religion in America In: **Beyond Belief** – Essays on Religion in Post-Traditional World. Berkeley: Los Angeles. 1989.

Miriam Limoeiro Cardoso nos adverte que o conhecimento é uma construção que se faz a partir de outros conhecimentos. A apreensão, a dúvida, a crítica são condições sobre as quais o conhecimento se constrói, imprimindo um caráter aproximado ao mesmo.

O conhecimento se faz a custo de muitas tentativas e da incidência de muitos feixes de luz, multiplicando os pontos de vista diferente. A incidência de um único feixe de luz não é suficiente para iluminar o objeto. O resultado dessa experiência só pode ser incompleto e imperfeito, dependendo da perspectiva em que a luz é irradiada e da sua intensidade. A incidir a partir de outros pontos de vista vai dando formas mais definidas ao objeto, vai construindo um objeto que lhe é próprio. A utilização de outras fontes luminosas poderá formar um objeto inteiramente diverso, ou indicar dimensão inteiramente nova ao objeto (Limoeiro Cardoso, 1993, p. 27).

No processo de delimitação do objeto de pesquisa, aproximei-me da contemporânea atividade social dos empresários, inventariando o ponto de partida da adoção, por parte dos mesmos, de dimensões próprias do mundo dos valores “virtuosos”. Meu estudo foi animado pelo contato com a Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas - ADCE-, e de seu braço social, a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social – FIDES. O levantamento realizado durante visita à sede da Entidade, os acessos aos documentos e às publicações reforçaram as suspeitas iniciais⁶. As entidades, que se consideravam fundamentadas na Doutrina Social da Igreja – DSI (FIDES, ADCE), se constituíram, neste instante, para mim, um *locus* possível de explicação da recente redescoberta de valores, como solidariedade, missão, amor, doação, voluntariado, por parte do empresariado, e sua respectiva atuação social, nos anos noventa, do século XX.

6) Além de uma visita a ADCE/FIDES foram, também, realizadas mais duas entradas em campo - Grupo de Instituto Fundações e Empresas (GIFE) e Instituto de Desenvolvimento e Investimento Social (IDIS), os três com sede em São Paulo, com o objetivo de fazer um levantamento exploratório. Durante essas visitas, tomamos contato com acervo bibliográfico, documentos das entidades visitadas como: A Revista Bem Comum - FIDES; o primeiro Balanço Social realizado no Brasil; a história da ADCE e da FIDES; a Oração do Dirigente da Empresa; o Centro de Referência Patricia Bildner (CRPB) - do GIFE, que reúne informações sobre investimento social privado e legislação sobre o terceiro setor no Brasil e no exterior; bem como o acervo do IDIS.

No momento da confrontação dessas descobertas com as modernas associações aglutinadoras de “empresas socialmente responsáveis”, aquele tipo de perspectiva inicial começou a ruir. Era o prenúncio da complexidade do fenômeno a advertir os limites de uma analogia, tendo como base exclusivamente o campo da ciência da religião. As questões, fruto da inevitável reflexão, apresentavam e reforçavam as fragilidades do anterior objetivo, que poderia ser um dos aspectos a explicar uma faceta do fenômeno, mas não a realidade em si.

Uma dificuldade em avançar, em penetrar a dinâmica daquele processo foi sentida, ao mesmo tempo em que constatava que o que tomei como objeto de estudo, era, antes de tudo, sua manifestação mais fenomênica. Situar o fenômeno em seu complexo e contraditório processo de produção e reprodução social, determinado por múltiplas causas na perspectiva da totalidade foi o outro caminho que se tornou inevitável construir, culminando com novo redirecionamento da tese e em outra área de pesquisa. Ingressei no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, área de concentração Trabalho, Gênero e Políticas Sociais.

Com o estudo exploratório realizado, e com outra perspectiva analítica, verifiquei que as organizações sociais que foram criadas na década de noventa - GIFE, ETHOS, IDIS, RITS - e também as ações voltadas para o campo social empreendidas pelos empresários espalhavam, e tomavam corpo de projetos e “programas sociais privados” que, por sua vez se inscreviam, sem se declararem, na área das políticas sociais “privadas”. Posteriormente, essas intervenções ganharam força e legitimidade “pública” com o marco legal do “terceiro setor”, no contexto da “Reforma do Estado” em que era difundida a expressão: *privado, porém público*.

O foco de nosso estudo foi alargado e aprofundado, exigindo interação com o campo das políticas sociais, o que por sua vez implicou compreender a sua relação com o fenômeno que as fazia emergir: a questão social. Passamos a buscar a compreensão dessas construções a partir de um conjunto de determinantes econômicos, políticos, sociais e culturais que revelavam a necessidade de compreender os fenômenos em sua processualidade. Campo eminentemente político, impregnado de disputas de projetos societários, as intervenções sociais empresariais, a sua compreensão, requeria, segundo Kosik (1986), “destruir o

mundo da pseudoconcreticidade onde se encontram as formas fenomênicas” e reconstruir no nível do pensamento o real com toda a sua complexidade, dinâmica e riqueza.

Nesta direção, a relação com a questão social iluminou o caminho da reconstrução do objeto de estudo. Se compreendemos a política social como fruto das lutas dos trabalhadores, espaço contraditório construído na resistência do trabalho, impondo limites à extração de mais-valia e reação do capital em sua busca permanente pela manutenção do lucro, os projetos sociais podiam mesmo ser vistos como simples e generosas doações do capital ao trabalho? Os termos cunhados no campo da religião, que significados traziam? Essas ações eram, no final do século XX, originais por parte do empresariado⁷? As ações sociais desenvolvidas pelos empresários expressavam algum tipo de alteração da lógica da ordem do capital ou encobriam algum conflito?

As transformações societárias desencadeadas pelo movimento que as classes sociais realizam para enfrentar as crises contemporâneas do capital incidem no capitalismo que busca saídas para os seus próprios limites. As frenéticas contrafações operadas na sociedade atual são impostas, segundo afirmam-se os adeptos da lógica do mercado, devido à globalização, à crise do Estado e a também crise dos paradigmas tomando-se o efeito como causa, obscurecendo e naturalizando processos e transformações fortemente conduzidas pela lógica do capital e que por sua vez carregam contradições e transitoriedades (Koike, 2009).

A denominada *responsabilidade social empresarial* emerge no contexto da crise contemporânea do capital, crise que traz consigo um ideário, um sistema de interpretação da realidade social com implicações diretas nas dimensões econômicas, políticas, culturais da vida social. Esse ideário tem raízes na tradição do pensamento social que pressupõe que o sujeito que busca conhecer o real nada pode reconhecer de seus processos constitutivos, de sua essência, enfim, da “coisa

7) Lembremos que no século XIX, na Inglaterra, em face do pauperismo e, na seqüência, face a questão proletária, os empresários, as Igrejas e o Estado se articulam e desenvolvem uma série de ações com vistas a reorganizar um tipo de assistência, ao mesmo tempo em que o controle ideológico é desenvolvido com medidas legais. A Sociedade de Organização da Caridade (COS) se destaca dentro da ação social empreendida pelo empresariado, ainda que este exemplo seja no contexto europeu. Cf. em Polany (2004) e Martinelli (1998).

em si”. Cabe ao sujeito, nesta perspectiva, somente orbitar nos limites que a “razão fenomênica” possibilita, em que os dados empíricos - a experiência - é ponto de partida e chegada na análise da realidade elaborada (Tonet, 2006 apud Simionatto, 2009).

O conjunto de problemas sociais que hoje se manifesta na realidade é interpretado pelas classes dominantes como localizado em uma das dimensões desta mesma realidade: âmbito social. De acordo com essa mesma perspectiva, “o social” ressoante aos efeitos da globalização, da necessária reestruturação produtiva, fenômenos estes que fazem parte do movimento da sociedade e considerado também “natural”. São convidados esforços para minimizar os efeitos deletérios dessa transformação, mas, de acordo com esta perspectiva de análise, é ela mesma inevitável.

No contexto atual, as transformações desencadeadas sob o domínio do capital financeiro e sua afirmação enquanto sistema hegemônico exacerbou problemas e contradições em todo o conjunto da vida social. Mas, tal como no processo de consolidação da classe burguesa, em que ela se ancorou em um sistema de conhecimento da sociedade haurido do encontro do modelo das ciências da natureza, com a urgência em dissipar os conflitos sociais sob a regência das virtudes da razão-instrumental, na contemporaneidade se opera uma mesma estratégia.

Ganhando forças com a crise dos regimes socialistas e as conseqüentes críticas advindas do que se dizia “estava atrás do muro de Berlim”, o capitalismo percebeu-se liberto dos limites impostos pela perspectiva socialista. Outro fator a corroborar com a chamada “crise dos paradigmas” foi o fracasso do projeto da modernidade de erguer uma sociedade sob os princípios da liberdade, igualdade e fraternidade, elevando-se os homens a um novo e superior patamar da existência humana. Nem o *Welfare State*, com sua promessa de equalizar a justiça social e a democracia no interior do capitalismo, e nem a experiência do socialismo real de instaurar o “reino da liberdade”, ambos não tinha promovido a humanidade.

A grande polêmica dirige-se contra o marxismo, entendido, equivocadamente, como um modelo determinístico e insuficiente para captar as expressões da subjetividade, da cultura, do simbólico, do imaginário, do cotidiano e das representações sociais. A “razão dialética, colocada em xeque, teria se esgotado, cedendo lugar ao irracionalismo e ao relativismo (Simionato, 2009, p 6).

É importante destacar, ainda no quadro político-econômico atual, a concepção neoliberal com o retorno imperativo da “mão invisível do mercado”. Ao mesmo tempo em que se recorre à explicação da realidade social sob as marcas da compartimentalização e de sua separação/segregação, um discurso marcado pela ordem integradora da negação dos conflitos (pelas via do consenso) matiza e busca gerir essa mesma realidade social.

É neste contexto e sobre essa realidade que o social presente “num mundo constituído por uma multiplicidade de sistemas sociais conflitantes” (Meszáros, 2006, p. 984) se hipostasiou em questão social. As tensões presentes revelam também o que Donzelot ⁸ (1994, p. 18) explicitou ao estudar “L’invention du social” nos marcos do ideário da instauração da República Francesa e suas conquistas políticas: a sua impossibilidade de garantir o trabalho para todos, dentro da ordem burguesa.

[...] le social fut précisément au travers de la socialition des risques de la vie une invention nécessaire pour rendre gouvernable la société [française] tiraillée par les contradictions apparues entre l’idéal d’harmonie républicaine et la réalité d’une société de plus en plus clivée autour de la “question sociale”.

É justamente no processo de consolidação da economia de mercado que se assiste a separação entre economia e sociedade, ao mesmo tempo em que o mercado se considera capaz de organizar a totalidade da vida, sob a justificativa da autonomia dos mercados e, por conseguinte das demais esferas da vida social.

Na contemporaneidade, segundo Montañó (2002, p. 53), o social é recortado em esferas denominadas de primeiro setor, segundo setor e o recentemente descoberto “terceiro setor”. A realidade social perde, nesta perspectiva a sua historicidade e sua dinâmica contraditória é negada sob a organização hierarquizada e atomizada de cada uma dessas esferas. O social se expressaria pela sociedade civil e esta pertenceria ao terceiro setor. O primeiro setor corresponderia ao Estado e o segundo, não menos importante, ao mercado. Identificamos a atuação dos empresários “no social” como caudatária desta atomização da realidade.

8) Jacques Donzelot **L’invention du social**: Essai sur le déclin des passions politiques **Éditions du Seuil**. 1994.

Consideramos que, diferentemente da concepção de Castel⁹, o social se torna uma das partes do todo sendo que a atuação dos empresários se inscreve antes na totalidade da realidade social, em que o social se configura na produção e reprodução das relações sociais na ordem do capital.

Nos anos noventa, ao se reposicionar o social, um conjunto de teorias (re) emerge circunscrito à redescoberta da sociedade civil, como um santuário das virtudes na promoção do bem-comum através da parceria solidária, dos vínculos de solidariedade, da doação, e da coesão estabelecida *a priori* pelas vias do consenso.

Na América Latina, o anterior Estado promotor da solidariedade e do desenvolvimentismo que desencadeou ações determinantes para a consolidação do processo de industrialização e, de um progresso sob a bandeira nacionalista, sucumbiu ao *Consenso de Washington*¹⁰. O Estado adotou sem reservas as privatizações, o investimento estrangeiro e a ação focalizada das políticas sociais como maneira mais eficaz de reduzir a desigualdade e a pobreza. Tais *reformas orientadas para o mercado* somente seriam possíveis por meio de um forte suporte ideológico capaz de provocar uma “confusão dos espíritos” (Santos, citado por Behring, 2009).

Um aspecto central para engendrar tais transformações no âmbito do Estado e da sociedade civil é a grande ofensiva ideológica em curso. De fato, para manter-se como modo hegemônico de organização econômica, política e social, num mundo inseguro e violento e cujo sentido não se orienta para o atendimento das necessidades sociais da maioria das pessoas, mas para o valor de troca e rentabilidade do capital (Meszários, 2002), os arautos do neoliberalismo desencadearam inúmeras estratégias ideológicas e culturais, tendo a mídia,

9) O social e o lugar do “social” é o desdobrar-se nesse entre dois (o hiato entre a organização política e o sistema econômico), o social consiste em um sistema de regulações não mercantis, instituídas para tentar preencher esse espaço, buscando restaurar ou estabelecer laços que não obedecem nem a uma lógica estritamente econômica nem a uma jurisdição estritamente política (Castel, 1998, p. 31).

10) O Consenso de Washington apoiava-se em cinco supostos: 1) a estabilidade de preços criaria condições para o cálculo econômico de longo prazo, estimulando o investimento privado; 2) a abertura comercial (e a valorização cambial) imporia disciplina competitiva aos produtores domésticos, forçando-os a realizar ganhos substanciais de produtividade; 3) as privatizações e o investimento estrangeiro removeriam gargalos de oferta na indústria e na infra-estrutura, reduzindo custos e melhorando a eficiência; 4) a liberalização cambial, associada à previsibilidade quanto à evolução da taxa real de câmbio, atrairia “poupança externa” em escala suficiente para complementar o esforço de investimento doméstico e para financiar o déficit em conta corrente; 5) o desdobramento da renda e da riqueza, promovida pelo novo dinamismo incitado pelos mercados e pela ação focalizada das políticas sociais, é a forma mais eficiente de reduzir a desigualdade e eliminar a pobreza (Beluzzo, 2009, p.4-5).

especialmente a TV (Sales, 2005), como instrumento decisivo de constituição de hegemonia. Tais estratégias, [. . .] têm sido bastante eficazes para garantir o consentimento e a legitimação dessas políticas por parte de amplos segmentos e evitar uma radicalização da luta de classes (Bhering, 2009, p. 12).

No campo desse complexo universo nos anos noventa multiplicaram-se as práticas de intervenção “no social”, denominadas: *filantropia empresarial*, *responsabilidade social empresarial*, *investimento social*, *cidadania empresarial*, *cidadania corporativa*, *empresa-cidadã*. Foram freqüentes a veiculação e a divulgação de práticas de “responsabilidade social” na sociedade brasileira, dirigidas preferencialmente ao segmento populacional mais empobrecido, e realizadas por um conjunto de organismos de natureza privada, mas com fins públicos e com a presença de voluntários.

Variedade semântica que expressa esta atuação social dos empresários, o termo *responsabilidade social* parece ter encontrado relativa aceitação, tendo sido adotado com maior abrangência, indicando antes para alguns, um movimento pela responsabilidade social das empresas¹¹. Importa ressaltar que todos os termos veiculados expressam, também, em sua variedade, um campo tensionado seja pela racionalidade das práticas, seja pela adoção de valores, seja pelos objetivos visados pelos sujeitos envolvidos, especialmente os seus promotores - o segmento empresarial -, não raras vezes camuflado pela aparente homogeneidade da idéia e da atuação.

Em 2000, a Revista Exame, periódico mensal dirigido aos empresários, ao corpo administrativo e gerencial das empresas, criou uma edição especial (o Guia de Boa Cidadania Corporativa), publicada anualmente com o objetivo de divulgar e premiar empresas com atuação social dentro da chamada responsabilidade social. Dois anos após a primeira publicação que contou com a participação de 42 empresas que possuíam uma entidade exclusivamente para a atuação social, a edição de 2002 publicou a relação de 93 fundações e institutos pertencentes às 275 empresas que se inscreveram para a avaliação de empresas-modelo e projetos

11) Cf. Cheibub, Zairo B. e Locke, Richard M. Valores ou Interesses? Reflexões sobre a responsabilidade social das empresas In: Cappellin, Paola, Krischner, Ana Maria, Gomes, Eduardo R. (orgs.). Empresas, Empresários e Globalização. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará: FAPERJ. 2002.

sociais, isto é, da Cidadania Corporativa¹². Esta ressignificação foi operada no campo teórico, ideológico e prático. O campo prático, *locus* da manifestação das alianças entre empresas, Ongs e governos através dos projetos/programas, é também espaço da difusão de valores, princípios norteadores e que dão o amálgama que transforma “algo em comum”, sustentado pelo *savoir faire* do mundo dos negócios. Segundo Fischer (2002) “a parceria talvez seja o modelo mais eficaz de atuação social porque promove a sinergia entre as competências essenciais de cada organização envolvida”. Alinhado a esta perspectiva, Herzog (2002, p.8) assevera:

os executivos de uma empresa podem não entender bulhufas sobre soluções para problemas como evasão escolar ou gravidez na adolescência, mas podem ajudar qualquer instituição do Terceiro Setor a gerenciar seus recursos, organizar melhor suas informações de maneira inteligente e cortar custos. Mas há ainda outro benefício nas parcerias: elas evitam duplicidade de recursos e esforços investidos numa mesma causa. [...] a melhor opção para as empresas é aproveitar as iniciativas que já existem em vez de querer reinventar a roda.

Em 2002, ao mesmo tempo em que o noticiário era inundado com escândalos internacionais ligados ao mundo corporativo, com balanços corrompidos, executivos envolvidos em ganhos espetaculares nas bolsas de valores obtidos através de informações privilegiadas, negociatas e lucros fraudulentos, crescia a divulgação da atuação social de empresas no país. Os empresários envolvidos com alguma atuação social se autodeclaram responsáveis socialmente, e, por conseguinte, a respectiva empresa socialmente responsável. Mecanismos de aferição desta responsabilidade social empresarial foram criados, ampliados, readequados como premiações criadas por institutos, empresas e com a participação de universidades com vistas a dar visibilidade a esta “novidade”.

Outro instrumento que se constituiu também em estratégia de divulgação da responsabilidade social e notabilizou, entrando no rol dos critérios incluídos nas bolsas de valores para aferir e “controlar” o compromisso das empresas de

12) Participaram da avaliação das empresas: representantes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/IPEA; do Instituto Akatu; do Programa Voluntários das Gerações; da Faculdade de Economia e Administração da USP; da Unidade de Negócios da Editora Abril, e do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Essa composição bem emoldura o quadro que foi sendo tecido no campo do investimento social com a denominada e, posteriormente, regulamentada parceria.

capital aberto, foi o *Balanço Social*¹³. Ele se tornou, segundo declaram os empresários e técnicos envolvidos em sua aplicação, um instrumento de concretização da *responsabilidade social da empresas*. A Revista Mercado de Capital, publicada trimestralmente pela Associação Brasileira dos Analistas de Mercado de Capitais - ABAMEC -, em seu número 91 (Out/Nov/Dez 2002), em seu artigo “Uma peça-chave”¹⁴, trata o Balanço Social como fundamental para se analisar as ações corporativas.

Os analistas financeiros passarão a somar as informações do relatório anual e das demonstrações financeiras às do balanço social na hora de avaliar o preço dos papéis. Isto vale também para a análise das informações trimestrais. Sendo assim, pouco a pouco, o balanço social deixou de ser um espaço de meia dúzia de linhas nos relatórios das empresas focadas apenas em filantropia e impostos pagos. [. . .] A percepção do mercado é de que as empresas que agirem com responsabilidade social são as que obterão maiores lucros (Gonzalez, 2002, p.27).

Uma variedade de publicações¹⁵ eletrônicas e impressas foram lançadas no mercado nos primeiros anos de 2000, não raras vezes por empresas que desenvolviam atuação social, além dos institutos, fundações, que como “braços sociais” passaram a publicar seus próprios informativos¹⁶, revistas¹⁷, boletins¹⁸, com o objetivo de divulgar sua atuação social. Uma onda em prol do *fazer bem* por “gente do bem” inundou os meios de comunicação com reportagens que destacavam que “a espiritualidade está em alta no mundo dos negócios. Será mais um modismo ou vai transformar a vida das empresas?”¹⁹

Diante do quadro de uma aparente expansão da atuação social das empresas, da criação de mecanismos de controle desse investimento social, além de todas as estratégias de dar visibilidade inclusive como elemento diferencial no

13) A difusão e implantação, no Brasil, do conceito de Balanço Social tiveram na Fundação Instituto de Desenvolvimento Social em 1986 seu início, com a publicação do Balanço realizado pela Nitrofértil.

14) Gonzalez, Souza Roberto. Uma peça-chave. In: Revista Mercado de Capitais. São Paulo: ABAMEC-SP. Out/Nov/Dez, 2002.

15) Revista Filantropia. São Paulo: Editora Zeppelini. Edição 6. Ano 2. Maio/Junho de 003.

16) Teia Social, Informativo de Programa de Comunicação com o Terceiro Setor, Dezembro/2004, nº01,CST.

17) Atitude: A Revista de Responsabilidade Social da CVRD, nº 0, Dezembro de 2003.

18) Report - Relatório Social, Gestão Corporativa Responsável, Número 1, Ano 1, Julho de 2003; nascida com o objetivo de “disseminar conhecimentos da produção de relatórios sociais. [. . .] levantar soluções práticas para os desafios que se apresentam aos implementadores da responsabilidade social nas empresas” (Almeida, 2003, p.3).

19) Revista Exame, Edição 758, Ano 36, 23 de Janeiro de 2002.

contexto das bolsas de valores, qual a relação da *responsabilidade social empresarial* com a atual fase do capitalismo?

A rigor, tudo indicava que o campo das intervenções sociais havia se tornado também um espaço lucrativo para o capital. Além disso, a atuação social empresarial expressa nos balanços sociais, nos boletins, nos diferentes canais de divulgação havia se tornado fator fundamental para agregar valor à marca das empresas.

A atual fase do capitalismo é marcada pela forte presença do capital financeiro, que segundo Hilferding²⁰ (apud Gonçalves, 1999) surge quando há uma integração entre o capital bancário e o industrial com a dominância dos banqueiros sobre os industriais, e com um grande poder de manejar o mecanismo monetário das comunidades industriais, a classe dos financistas, na visão de Hobson (apud Gonçalves, 1999). Apesar de uma presença apontada no início do século XX, é no processo de centralização e concentração do capital que gera o capitalismo monopolista que reside a questão central quanto à interação entre capital produtivo e financeiro. Nesta fase, as estruturas de mercado cada vez mais marcadas por trustes e cartéis são controladas por grandes grupos econômicos e, dependendo do processo histórico específico, sob controle dos financistas. As implicações são as mais diversas, principalmente no que diz respeito à expansão do capitalismo em escala mundial (Gonçalves, 1999).

O poder econômico e o político estão concentrados em grandes grupos econômicos²¹ privados. Uma característica do capitalismo contemporâneo e de sua dominação política e social sob o conjunto da sociedade, guarda força no domínio do capital bancário sobre grandes grupos e empresas industriais. Cabe ainda ressaltar que, segundo alguns teóricos (Chesnais, 2000; Gonçalves, 1999) a fórmula capital financeiro igual à capital bancário e capital produtivo igual à capital industrial se configura num reducionismo que, a medida em que o capital bancário se utiliza de várias estratégias para se associar ao capital produtivo, o

20) De acordo com Gonçalves (1999) o conceito de capital financeiro tem forte tradição no pensamento marxista a partir do trabalho pioneiro do austríaco Rudolf Hilferding publicado em 1910. O economista heterodoxo inglês John A. Hobson também deu uma contribuição pioneira em um livro cuja edição de 1906 é a de maior referência.

21) O grupo econômico é definido como o conjunto de empresas que, ainda quando juridicamente independentes entre si, estão interligadas, seja por relações contratuais, seja pelo capital, e cuja propriedade (de ativos específicos e, principalmente, do capital) pertence a indivíduos ou instituições que exercem o controle efetivo sobre este conjunto de empresas (Gonçalves, 1999).

capital financeiro é um dos doze tipos de associação possível²². Segundo Chesnais (2000, p. 7), “um terço do comércio mundial resulta das exportações e das importações feitas pelas empresas pertencentes a grupos industriais que têm o estatuto de sociedades transnacionais [. . .]”. E, para o referido autor,

são os **grupos industriais transnacionais (os FMN)** [grifos nossos] que têm condição de assentar a dominação política e social do capitalismo. Porém, não são eles que comandam o movimento da acumulação hoje. [. . .] são as instituições constitutivas de um capital financeiro possuindo fortes características rentáveis que determinam, por intermédio de operações que se efetuam nos mercados financeiros, tanto a repartição da receita quanto o ritmo do investimento ou nível e as formas do emprego assalariado (Chesnais, 2000, p.8).

Traço marcante dessa sociedade é que o mercado, e especialmente o capital financeiro, se transformou em instituição que ocupa todos os espaços e dimensões da realidade social – material e espiritual. Se com a internacionalização do capital no período chamado “anos dourados” o capital foi perdendo seu caráter nacional, hoje a internacionalização ganhou dimensão mundial.

Compreender essa configuração no restrito limite dessa formulação acaba por dificultar a penetração na dinâmica complexa do sistema do capital e desvelar as redes tecidas no processo de controle do metabolismo social, como as exigências atuais de mudanças na forma como o metabolismo social é controlado.

Na medida em que avança o processo de financiarização, os grandes grupos econômicos com origem industrial desenvolvem “braços” financeiros muito poderosos que, em alguns casos, tornam-se ainda maiores que a atividade

22)“Para melhor entender as implicações econômicas, cabe fazer uma taxinomia das estratégias do capital bancário nos seus processos de integração com o capital industrial. Esta classificação de estratégias envolve diretrizes, naturezas e horizontes temporais. As estratégias podem ser especulativas, defensivas e ativas. A estratégia especulativa significa a compra de um ativo com o intuito de vendê-lo quando ocorrer o aumento de preços esperado. A estratégia defensiva significa investimentos orientados para a diversificação patrimonial que minimiza riscos. Os investimentos com uma estratégia ativa envolvem a intenção de uma estreita integração entre blocos de capitais. A integração entre capitais pode ter duas naturezas distintas: investimento indireto (ou de portfólio) e investimento direto. Este envolve o controle direto da tomada de decisão da empresa receptora do investimento; aquele trata de uma aquisição sem interesses na tomada de decisão. Com relação ao horizonte temporal, os investimentos podem ser de curto prazo (até um ano) ou médio prazo (até três anos) ou de longo prazo (mais que três anos). O capital financeiro strictu sensu envolve uma estratégia ativa, com base no investimento direto e numa perspectiva de longo prazo. Neste sentido, o capital financeiro é um entre doze possíveis tipos de associação entre capital bancário e industrial” (Gonçalves, 1999).

industrial. Parte expressiva das empresas transnacionais (por exemplo, General Electric e General Motors) tem suas próprias instituições financeiras, que são muito poderosas em termos de mobilização internacional de capitais. O mesmo acontece com grupos industriais brasileiros (por exemplo, Votorantim) (Gonçalves, 1999).

Nesse sentido, são os grandes grupos privados e, especialmente, os grupos transnacionais articulados ao mundo das finanças que têm extraordinárias vantagens em termos de capacidade produtiva e de alavancagem financeira, e, conseqüentemente, estes grupos concentrando enorme poder econômico e político. Assim, o capital financeiro assume o comando do processo de acumulação, com inéditos processos sociais, envolvendo a cultura, a política, a economia e a sociedade, marcando profundamente as formas de sociabilidade e o jogo das forças sociais (Iamamoto, 2007, p.107). E, como assevera Chesnais (2000, p 14), com o *capital financeiro no comando*, a mundialização do capital acentuou a hierarquização entre os países, “edificando” abismos que separam os países associados à “Tríade” dos que “sofrem a dominação do capital financeiro sem retorno, e pior ainda, daqueles a quem não interessa mais de jeito nenhum o capital, [. . .].

No Brasil, esta dinâmica é sentida nas diferentes esferas da sociedade. Neste contexto político-econômico, em que se intensifica a concentração de renda, temos o aprofundamento da exclusão²³, o aumento do desemprego, a expansão da precarização da força de trabalho. Segundo o *Atlas de exclusão social: a exclusão no mundo*²⁴, no Brasil, de acordo com dados de 2004, era cometida violência sendo os homicídios, aproximadamente 110 assassinatos por dia. À medida que *a velha questão social metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens* (Iamamoto, 2002, p. 144), no Brasil dois caminhos foram construídos para o seu enfrentamento: Um calcado no avanço da democracia, na participação e controle

23) Em Martins de Souza (2002) encontramos a reflexão sobre exclusão: “[. . .] a categoria exclusão é resultado de uma metamorfose nos conceitos que procuravam explicar a ordenação social que resultou do desenvolvimento capitalista; [. . .] excluído é apenas um rótulo abstrato, que não corresponde a nenhum sujeito de destino: não há possibilidade histórica nem destino histórico nas pessoas e nos grupos sociais submetidos a essa rotulação. [. . .] o discurso sobre a exclusão é o discurso dos integrados, dos que aderiram ao sistema, tanto à economia quanto aos valores que lhes correspondem.”

24) POCHMANN, Márcio (orgs.). **Atlas da Exclusão Social: a exclusão no mundo**. V.4. São Paulo: Cortez. 2004.

popular, nos princípios da seguridade social expressos na Constituição de 1988, enfim, na cidadania social; e o caminho redefinido pela Reforma do Estado de 1995 com viés neoliberal e “deslocamento da satisfação das necessidades sociais da esfera pública para a privada” com prevalência de trabalhos comunitários, tecidos pelos laços de solidariedade e com forte presença do voluntariado.

As empresas no padrão de acumulação anterior podiam justificar o seu lucro pela via do “pleno emprego”, e até firmar certa “função social”. No cenário de aprofundamento da miséria, intensificada pela forma com que o capital rumou a sua atual expansão, o chamado *desemprego estrutural* desnudou sua função social e as feições do lucro com sua contra face o desequilíbrio ambiental e a degradação social pode ser desvelada para o conjunto da sociedade.

É neste cenário que o presente estudo ganha importância, visto que a atuação social empresarial no contexto social, econômico e político brasileiro se tornou, através da rubrica da responsabilidade social, uma das respostas mais difundidas pelos setores hegemônicos como viável e possível de enfrentamento da questão social. No Brasil, esse fenômeno, tal como se apresenta estruturado, é relativamente recente²⁵. Ele se configura na época em que o processo de abertura política e a recuperação das garantias e prerrogativas de um Estado democrático já estavam firmados, com a consolidação da Constituição Federal de 1988.

Enveredar-se por este campo, a atuação social dos empresários, para alguns representantes de centros acadêmicos de pesquisa mais críticos é por si só um risco. Não raras vezes, um trabalho pouco considerado. As motivações podem ser encontradas desde o preconceito de que tudo que se aproxima à área empresarial é, em última instância, “supostamente” a favor do capital. Como, também, as posições mais consistentes, que expressam a ausência de rigor científico das produções endógenas, notadamente os temas e estudos correlatos já produzidos e divulgados como: “Terceiro Setor”, parcerias, filantropia,

25) Conforme mencionado, a atuação social empresarial organizada, no Brasil, tem seu berço na Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas – ADCE. Organização criada em 1961, credenciada pela União Internacional de Associações Patronais Cristãs – UNIAPAC, a ADCE constitui-se em “um movimento temporal de empresários, de inspiração cristã, destinada a fomentar a consciência de seu dever de estado, e de promover a melhor contribuição empresarial ao bem comum” (ADCE, 1997, P. 19). A Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social – FIDES - foi instituída em novembro de 1986 e é o braço SETOR operacional da ADCE. A FIDES começou no Brasil a difusão e implantação do conceito de Balanço Social, e colaborou para a primeira publicação, no ano de 1986.

voluntariado, marketing social, OSCIP's e outros. Esses se configuram com forte teor ideológico e marcados pela hegemonia do mundo anglo-saxão na investigação científica sobre a área temática e a existência de pouquíssimas publicações de textos produzidos na América Latina, sobre as realidades mais ao sul. Produções neste campo são necessárias para sairmos da superficialidade do fenômeno e apropriarmos da estrutura e dinâmica desse processo social.

Ao revisitar a literatura específica e acumulada nos últimos anos tempos, cumpre ressaltar que apenas recentemente a temática ganhou destaque nos espaços acadêmicos de pesquisas. Diversos estudiosos (Garcia, 2004; Beghin, 2005; Cheibub e Locke, 2002; Cappellin, 2002; Quiroga, 2001; Montão, 2003; Mestringer, 2001; Fernandes, 2000; Landim, 2001, 2002; Kameyama, 2004; Pessanha (2001), e outros) vêm se dedicando ao exame analítico desse fenômeno na sociedade brasileira e não somente uma variedade de terminologias designa a atuação dos empresários no âmbito social, como cada uma expressa, por sua vez, a matriz teórica que a sustenta.

Landim (2002, p. 33) afirma:

como se sabe, surge na cena brasileira, de repente e com a rapidez característica da chamada era informacional, a filantropia empresarial, ou investimento social empresarial. Ao contrário das organizações assistenciais, trata-se de novos agentes, novas redes de relações, discursos, ideários, práticas e estratégias de criação de visibilidade no espaço público.

Mas inegável é que todos os estudos destacados acima tocam na possibilidade de uma resposta à agudização da questão social e suas múltiplas expressões. Nos últimos encontros, seminários e congressos da área de Serviço Social têm sido recorrentes os destaques dados à necessidade de se estudar este tema, visto seu rebatimento direto no campo e nos espaços sócio- institucionais do assistente social.

A expansão desta atuação empresarial sob o modelo particular denominado responsabilidade social se deu no bojo de um mercado globalizado²⁶ e seu correlato receituário neoliberal. Outro aspecto, não menos importante deste

26) A globalização, para Meszáros (2002), é o desenvolvimento de um sistema internacional de dominação e subordinação. Assiste-se, nos países centrais do sistema do capital global, um padrão de vida elevado para a classe trabalhadora e, no capitalismo periférico um governo que intensifica a exploração aliada às formas autoritárias do uso do poder.

contexto social, econômico e político, foi o surgimento de uma legislação em defesa dos consumidores²⁷. Os sujeitos consumidores tornaram-se mais conscientes e exigentes, contrarrestando, por outro lado, com um crescente público excluído das mínimas condições de consumo.

Acreditamos que essas ações mantidas sob o véu da atuação dos empresários no “social” se movem pelo interesse privado de certos grupos e segmentos sociais. Antes de ser uma novidade dos tempos atuais, investir nos serviços sociais, desde o nascimento da moderna indústria no Brasil, foi uma prática recorrente do capital.

Este estudo busca compreender a atuação social dos empresários, a partir da recuperação da trajetória sócio-histórica deste segmento, com relação às respostas por eles construídas, frente à questão social. A questão social aparece como elemento central no processo de industrialização e de implantação do modo de produção capitalista e do surgimento do proletariado e da fração industrial da burguesia. Enquanto categoria central para compreendermos o fenômeno em tela, identificamos:

[. . .] *questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (Iamamoto, 1988, p. 77).

As recentes associações de empresários, criadas nos anos noventa, caracterizam-se como uma das formas organizadas pelos homens de negócios para atuar no âmbito social, e as origens dessa atividade foram variadas. Antes mesmo da ADCE, a atuação social dos empresários foi marcada pelo desenvolvimento de ações e distribuição de benefícios sociais aos funcionários e seus familiares, por grandes empresas, e instituições assistenciais vinculadas às corporações. Recuando um pouco mais no tempo, na época do surgimento das indústrias brasileiras, o empresariado mais progressista e pioneiro criava juntamente às suas

27) Inegável a necessidade de amparo legal para assegurar mecanismos de controle na esfera da circulação, mas incontestemente também é a contra face legislação. Por outro lado, cria mecanismos de reforço da cultura do ser cidadão aquele com capacidade de consumir, estando, portanto, incluso na sociedade.

fábricas as vilas-operárias. Poder-se-ia entender tratar-se, então, de diferentes formas de atuação dos empresários no campo atualmente denominado de responsabilidade social? Esta proposição é uma aproximação a uma realidade em que coexistem e resistem diferentes soluções, como, também, já sob a vigência de um novo padrão, perduram algumas práticas características dos modelos anteriores. Com o propósito de apresentar **experiências emblemáticas** que expressam certas **regularidades** e **exemplaridades** de intervenção dos empresários no “social”, buscamos responder a questão: como e por que os empresários vêm atuando no “social” no espaço extra fábrica na sociedade brasileira?

Outro aspecto a ressaltar é que, ao recuperar a atuação social dos empresários brasileiros ao longo de seu desenvolvimento, pode-se identificar a presença de ações ora sistematizadas de intervenção social intra e extra-espço da produção. O destaque que esta pesquisa busca estabelecer é que com o *movimento de responsabilidade social* essas atuações não só persistem como são amplamente complexificadas. Elas são agora configuradas em **indicadores que devem balizar o desempenho empresarial** e são amplamente divulgadas por entidades exclusivamente fundadas para aglutinar esforços e socializar essa perspectiva. Esse é o caso do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social como o ator produtor e difusor de conhecimento desta proposta, visto o propósito dessa Instituição: “ajudar as empresas a compreender e incorporar critérios de responsabilidade social de forma progressiva, a implementar políticas e práticas com critérios éticos” (Instituto Ethos, 2006).

Nesta perspectiva, buscar-se-á investigar a atuação social do empresariado recorrendo-se às expressões emblemáticas de intervenção social a partir de padrões, exemplaridades, com o objetivo de captar as determinações e as especificações que emolduraram e configuraram o fenômeno, na diversidade das respostas formuladas. Diante da “sombra da incontrollabilidade do capital”, coloca-se a questão do controle social. A crise do sistema capitalista passou a exigir mudanças na maneira como o metabolismo social é controlado. A atuação social dos empresários, denominada *responsabilidade social empresarial - RSE* -, antes de ser um fenômeno recente, disseminado pelos receios dos movimentos verdes, pelas eminentes catástrofes ambientais e o conseqüente esgotamento dos

recursos naturais é, segundo Mészáros (2006, p. 133), “inseparável do capital como um modo de controle sociometabólico desde que ele [o capital] conseguiu se consolidar, tornando-se um sistema reprodutivo coerente com o triunfo da produção generalizada de mercadorias.” Nossa suspeita é que os empresários, sob a égide do capital e nos diferentes processos de expansão do capital voltam-se para “o social” tentando **“controlar, incorporar e gerenciá-lo”**.

Se ao longo da trajetória dos empresários no Brasil eles intervieram no “social”, em que a atual ação promovida e/ou realizada por eles se distingue das anteriores? Algumas questões nos inquietam e nos predisõem a lançar luzes sobre a lógica dessas reorganizações e as reestruturações no campo social, no enfrentamento das múltiplas expressões da questão social, na contemporaneidade.

Este estudo é uma tentativa de configurar um tipo de intervenção social - a atuação social dos empresários -, trazendo a experiência emblemática da Companhia Vale do Rio Doce (CVDR) no bojo do movimento de responsabilidade social empresarial. A Companhia Vale do Rio Doce²⁸ se configura como caso exemplar dentro do quadro de regularidades de intervenção “no social” aqui construído. Do **controle** do social das vilas-operárias, à **incorporação** do social, - a Companhia foi também portadora de objetivos sociais, “face que lhe emprestou o Estado-empresário” (Minayo, 1986, p. 23). Em sua atual identidade, - empresa privada também engajada na responsabilidade social, ela se apresenta como um exemplo do atual processo que denominamos **gerenciamento do “social”**.

A história da Vale é imbricada com a formação sócio-econômica, política e ideológica brasileira e reveladora das manifestações contraditórias entre o capital e o trabalho, ao mesmo tempo que a sua história se confunde com a formação da classe trabalhadora brasileira. Com esse estudo, buscar-se-á recuperar o processo sócio-histórico da atuação social da Vale, como uma das vias privilegiadas de gerenciamento do “social”, ao mesmo tempo em que ocorrem transformações no processo de trabalho acirrando **a dominação da empresa**

28) A CVDR surgiu efetivamente três meses após a assinatura do Acordo de Washington (03/03/1942) entre Inglaterra, Brasil e EUA em Itabira, cidade do interior mineiro. O objetivo da empresa era de “**explorar, comercializar e transportar** minério de ferro das minas de Itabira, explorar o tráfego da Estrada de Ferro Vitória-Minas e melhorar a região do Vale do Rio Doce”, objetivos que até hoje são mantidos, ampliados, bem como modernizados o seu processo de trabalho.

sobre a vida privada e sobre a vida social do conjunto dos trabalhadores e sobre a sociedade.

Nossa hipótese é que a atual atuação dos empresários no “social”, longe de ser uma prática inovadora e recente, inscreve-se no conjunto das respostas construídas no enfrentamento da questão social, no processo de industrialização adotado pelo país, nas exigências do desenvolvimento do capitalismo nacional e sua relação com o capitalismo internacional desde sua fase primeira. A partir do enfeixamento desses aspectos, identificamos certa exemplaridade na atuação das empresas no “social” qual seja: **controlar, incorporar e gerenciar** “o social”.

Para desenvolver nosso estudo, optamos por tomar uma empresa que tem hoje ampla intervenção social e se auto denomina como empresa que tem responsabilidade social, como “estudo limite” de nossa hipótese. Nosso pressuposto é que, vivenciando todos os processos caracterizados de atuação social dos empresários, a atual intervenção social da Vale “no social” se processa não exclusivamente pelo gerenciamento do social, mas conserva traços, características, aspectos dos dois outros modelos de intervenção qual sejam: o controle e a incorporação do social. Sendo assim, buscar-se-á verificar também o que significa **controlar, incorporar e gerenciar** “o social” ao longo de suas operações e nos projetos sociais desenvolvidos.

A presente análise vai abranger especialmente o período iniciado em 1997 até os dias atuais; as, devido ao sentido sócio-histórico deste estudo e seus três eixos organizadores, os anos anteriores serão particularizados, reconstruídos e confrontados. Um *détour* é necessário fazer a fim de, ao identificar as formas fenomênicas da realidade em tela, compreender o seu núcleo interno, sua essência, o movimento de sua “existência real”, enfim “a *lei* do fenômeno, com a *estrutura* da coisa” (Kosic, 1995, p.14).

Acreditamos que a atual, mas não nova, atuação dos empresários “no social” se expande e se inclui a vida social como exigências da restauração do capital na fase do capitalismo contemporâneo na busca de construção de sua hegemonia. Emblemática relação entre as esferas da produção e reprodução social foi o fordismo, que atingiu profundamente a subjetividade não somente do trabalhador, mas todo um estilo de viver, as relações familiares, o disciplinamento de jovens, o consumo, o ensino formal e técnico. Cumprindo os ensinamentos de

Ford, a direção moral e social da sociedade cabe aos homens de negócio: “Embora os homens de negócio não se considerem líderes dos movimentos sociais, são eles, na realidade, os verdadeiros chefes. (...) Eles têm mais influência na sociedade que os políticos, professores e sacerdotes” (Ford apud Minayo, 1964, p.406). A perspectiva de atuação dos empresários “no social” hoje aparece de forma ampliada e com um conjunto de recursos legais e institucionais, que facilitam a construção de sua hegemonia.

A partir de um estudo sócio-histórico da atuação social dos empresários na sociedade brasileira, buscar-se-á identificar o processo que caracteriza hoje a sua intervenção na sociedade, com uma arquitetura institucional própria, com ações externas às próprias empresas - **dirigidas ao meio ambiente; aos fornecedores; aos consumidores e clientes; às comunidades do entorno e à sociedade como um todo** -.

A natureza do objeto de estudo impôs a escolha do **estudo de caso**. Para a construção do estudo *Responsabilidade Social Empresarial: intervenção social e conflito*, os sujeitos envolvidos em questões de conflito social e ambientais com a empresa são os informantes privilegiados. Mas, ao buscar aproximar da contraface da sua atuação social, imediatamente percebi a dificuldade em obter consentimento/confiança na obtenção dos dados para a pesquisa. Ao mesmo tempo em que reinava uma atmosfera de ausência de conflito, uma cortina de fumaça dificultava a identificação dos conflitos. Os limites exigiram a construção de novas possibilidades de pesquisa.

1.1.

O Percorso de Pesquisa

A pesquisa foi estruturada em duas grandes frentes de investigação: uma primeira de perfil documental e bibliográfico buscou reconstituir a trajetória sócio-histórica da atuação social dos empresários; A segunda voltou-se para a

compreensão de suas formas de ação frente às novas determinações do capitalismo contemporâneo.

1ª Fase da Pesquisa: ainda que, analisando processos mais amplos, o estudo focalizou uma **empresa** hoje **multinacional**, com marcante atuação no âmbito da *responsabilidade social empresarial - RSE*, cuja evolução produtiva percorreu os diferentes modelos de intervenção social aqui identificado. Para tanto, foi pesquisado amplo material bibliográfico e documental visando identificar e (re) construir as intervenções **controlando, incorporando e gerenciando** “o social”. Nesta fase, foram utilizados como fontes: material pesquisado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, na Casa Rui Barbosa, bem como obras de Martins (1967), Boris Fausto (1977), Dain (1977), Silva & Duarte (1977), Diniz (1978), Gomes (1979; 2005), Suzigan (1986), Leite Lopes (1988), Ramalho (1989), Teixeira (1991), Prado Jr. (1992), Mota (1995), Pereira (1998), Motta (2002) Diniz e Boschi (2003), Praun (2006), Previtalli (2006), Neto (2006), Marcelino (2006), Antunes (1995, 2006), César (2008), Simões (2008), Amaral & César (2009) e especialmente Minayo (1986; 2004).

2ª Fase da Pesquisa: foram realizados contatos com estudos sobre a empresa em sua intervenção social, bem como contatos com funcionários e ex-funcionários da empresa, com técnico do poder público municipal (ES) ligado ao meio ambiente, e ainda foi identificado um conflito na região de Resplendor (MG) envolvendo os índios Krenac e que foi fundamental para a hipótese que foi delineada. Nesta fase, o objetivo foi o levantamento de dados da empresa, sua atuação social e sua relação com conflitos ligados a diferentes grupos.

A aproximação com os envolvidos foi marcada por desconfianças e receios de fala. Isso se deu tanto com funcionários como com grupos sociais com os quais a empresa havia tido “enfrentamento” passados e/ou atuais. O contato com a liderança indígena Krenac na Conferência da Educação Indígena em Belo Horizonte, em julho de 2009, foi marcante quanto a este aspecto. Foi realizada pesquisa junto ao Conselho Indigenista Missionário/Leste (CIMI), bem como contatos com seu Coordenador. No CIMI, todo o arquivo existente sobre os Krenak²⁹ e a participação da entidade na mediação do conflito de 2005 foi

29) Na sede do CIMI Leste foram analisados 217 notícias de jornais referentes aos Krenak - que datam da década de oitenta -, além dos documentos disponíveis e que gentilmente foram

consultado. Diante do quadro que se configurou, não havia possibilidades de expor as pessoas no fornecimento de informações que, de seu ponto de vista, poderia prejudicá-los. Na verdade, tratava-se de uma relação extremamente desigual, percebida também por pessoas ligadas ao próprio poder público. Essas dificuldades nos levaram a redefinir nossa proposta de coleta de dados (entrevistas face a face, com informações e opiniões coletadas *in loco*). A partir de então optamos por utilizar apenas **material disponível de domínio público: internet, sites, enfim, documentos disponibilizados em ambiente virtual.**

3ª Fase da Pesquisa: foi pesquisado material disponibilizado em jornais eletrônicos³⁰, sites de organizações³¹, site do Ministério Público³², e movimentos sociais³³ como: Movimento dos Sem Terra, Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Comissão Pastoral da Terra (CPT); Movimento pelas Serras e Águas de Minas; Justiça nos Trilhos.

O site Movimento pelas Serras e Águas de Minas vem se destacando na luta pela preservação do meio ambiente notadamente da região Central do estado de Minas Gerais, área onde se concentra a atividade mineradora do estado.

O site “Justiça nos Trilhos”, iniciado em 2007 com o objetivo de desenvolver estratégias de resistência e luta contra as atividades da Vale que vêm destruindo o meio ambiente e as condições de vida da população que margeiam suas ferrovias, se constituiu em importante fonte de dados. O site, além de trazer artigos, conta com uma sessão de filmes/documentários, reportagens sobre conflitos e relatórios oficiais como IPEA, IBAMA etc.

Na sequência, identifiquei no site *YouTube* outros registros fílmicos que destacam conflitos envolvendo a empresa e produzidos por mediadores identificados com as causas ecológicas e sociais disponibilizados especialmente pelo *You Tube*.

O *YouTube*, segundo Islas (apud Gonçalves e Renó, 2007), representa o principal referente da nova televisão na Internet. Constitui-se em um endereço

disponibilizados pela Coordenação da Regional, bem como não mediram esforços em me dar detalhes, esclarecimentos quando eu solicitava.

30) Gazeta Online, Folha Online, etc.

31) <http://WWW.reporterbrasil.org.br>

32) <http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias-do-site/indios-e-minorias/mpf-pa-quer-obrigar-cvrd-a-compensar-impactos-sobre-os-xikrins/acesso> em 12 de dezembro de 2008.

33) <http://www.cimi.org.br>; www.cpt.org.

eletrônico onde os próprios usuários são responsáveis pela produção e distribuição do conteúdo, afastando-se do eixo verticalizado da mídia tradicional, como TV e impressos.

No caso do estudo em tela, e com as dificuldades já mencionadas, a utilização privilegiada dada aos vídeos tem em Loizos (2002, p. 149) amparo visto que “o vídeo tem função óbvia de registro de dados sempre que algum conjunto de ações humanas é complexo e difícil de ser descrito compreensivamente,” e em Rodrigues (2007), Felinto (2006), Gonçalves e Renó (2007), Paiva e Serrano (2008) dada às especificidades dos vídeos utilizados. Outro aspecto, e correlato do anterior, que se destaca na construção dos procedimentos metodológicos da pesquisa é o que vem sendo denominado netnografia³⁴ ou etnografia virtual. No Brasil, esta metodologia passou a ser explorada no final dos anos oitenta com o surgimento das comunidades virtuais. Segundo Amaral (2008, p. 4) com a nova tecnologia trazida pela internet

Não só a disponibilidade de informações a respeito de objetos de pesquisa na internet é fator determinante para o emergir de uma metodologia de pesquisas online, mas também a localização dos objetos no ciberespaço, além do posicionamento da internet como próprio objeto de estudo em sua intrínseca relação com diversas culturas.

O uso da netnografia - *como transposição virtual das formas de pesquisa face a face* - tem uma série de vantagens: consumir menos tempo; ser menos dispendiosa; menos invasiva; os dados online muitas vezes se encontram na forma textual facilitando o trabalho dos registros a serem transcritos e posteriormente analisados, além de ser produzida, editada e divulgada pelos sujeitos estudados, ou pelos movimentos solidários aqueles. Por outro lado, segundo Amaral (2008, p.6) a esta metodologia deve-se incorporar outros aparatos teórico-metodológicos como análises quantitativas e estatísticas (webmetria, números de links, etc),

34) Este termo e recurso de pesquisa - netnografia - foi cunhado originalmente por um grupo de pesquisadores norte-americanos ligados à área do marketing e da administração para descrever um desafio metodológico , o de “preservar os detalhes ricos da observação em campo etnográfico usando o meio eletrônico para ‘seguir os atores’ (BRAGA, 2002 citado por AMARAL, 2008, p.2). Pesquisadores da área da antropologia e das ciências sociais utilizam o termo etnografia virtual.

análise de discurso, análise de conteúdo, análise de redes sociais, entre outros, dependente evidentemente do desenho e das delimitações que o objeto comunicacional requer.

Autores como Rodrigues (2007), Felinto (2006), Gonçalves e Renó (2007), Paiva e Serrano (2008) discutem a presença do *YouTube* nos *media*, ressaltando a novidade e a revolução que esta nova ferramenta disponibilizou para os cidadãos, constituindo-se em um novo modo de comunicação áudio-visual dinâmico e interativo. Mas é especialmente o estudo de Gonçalves e Renó (2007) que sustenta e corrobora com a decisão e pela “escolha” da fonte de coleta de dados da nossa pesquisa. Com o surgimento de ambientes abertos à exibição gratuita de conteúdo, como o *YouTube*, onde os usuários tornam-se criadores de conteúdo, e compreendendo-se que a comunicação pode fortalecer ou enfraquecer os traços de uma sociedade, as referidas autoras, a partir de uma pesquisa sobre vídeos populares disponibilizados no sítio do *YouTube*, discutem sobre a reconstrução da cidadania pelos meios de comunicação com o advento das novas tecnologias digitais.

São muitos os recursos que as novas tecnologias de comunicação disponibilizam na contemporaneidade; m contrapartida, de acordo com Gonçalves e Renó (2007, p.2), “as estruturas midiáticas transformam a sociedade em reféns das classes dominantes, que buscam manipular hábitos, costumes e ideologia com seus interesses políticos e comerciais.” As possibilidades de apropriação dessas estruturas pelas classes “subalternizadas” tornam-se difíceis quando imediatamente pensamos, como lembram as autoras, no início do cinema, quando as produções ficam restritas a uma elite, visto ser preciso investir altas cifras. Por outro lado, ainda com Gonçalves e Renó (2007, p. 3), “domínio da tecnologia e acessibilidade não garantem participação ou intervenção social a menos que se possa agir na produção de bens simbólicos.”

Recorrer ao material disponível na internet, material de fonte secundária, produzido não exclusivamente pelos sujeitos diretamente atingidos pelos conflitos, ganhou nesse estudo centralidade. Atualmente, a internet se tornou *lócus* não somente veiculação de informação, como também espaço de expressão de grupos, comunidades, enfim sujeitos até então invisíveis para o

conjunto da sociedade. As informações obtidas dos diferentes endereços eletrônicos formaram o conjunto dos dados que tornaram possível a identificação e a sistematização dos conflitos e a correlata intervenção social da empresa. Este estudo destaca-se por inovar na escolha do material empírico a ser analisado, os conflitos dos sujeitos na cena cotidiana de suas vidas expressos através da internet. São informantes qualificados à medida que são depoentes de suas lutas diárias em defesa de seus direitos sociais.

Nesse sentido, os sujeitos envolvidos na produção do vídeo **não são atores em cena, mas os autores na cena da própria vida** e que podem por meio deste recurso não somente expor “o seu produto” com acesso ilimitado, pois pela internet isso é o possível, mas têm a possibilidade de outra forma de participação: “representa uma participação ilimitada”, bem como possibilidade de “reconstrução da cidadania” pelas vias do vídeo popular. Segundo Santoro (1989, p. 60 citado por Gonçalves e Renó, 2007, p.7-8) conceitua-se como vídeo popular³⁵ o reconhecimento do conjunto das produções e dos modos de atuação dos grupos de vídeo junto aos movimentos populares e eles podem se apresentar em cinco modalidades: a produção de vídeos por grupos ligados diretamente a movimentos populares como sindicatos e associações de moradores de bairro; por instituições ligadas aos movimentos populares como Igreja, centro de defesa dos direitos humanos; por grupos independentes dos movimentos populares que desenvolvem conteúdos para atender aos interesses destes grupos; o processo de produção de vídeos com a participação direta de

35) Os grupos populares que desenvolvem vídeos adotam variadas linguagens e aportes audiovisuais, segundo Santoro (1989, p. 95-97) que podem ser: Autoscopia, que consiste em gravar reuniões, registrando-as, para que as mesmas possam ser assistidas e difundidas pelo grupo apenas para integrantes do grupo, vetadas aos não-integrantes. Estes vídeos não sofrem processos de edição por parte dos produtores; Registro, onde gravam-se eventos ou fatos que sejam de interesse do grupo, sem se preocupar com processos posteriores de edição, como ocorre no tipo de registro de autoscopia; Edição simples, quando desenvolve-se um documentário manipulando um material já gravado. Desta forma, registros de fatos sociais ganham força midiática com aporte artístico; Documentário, quando tem-se os objetivos das gravações previamente definidos. Normalmente, este tipo segue um roteiro de produção, assim como uma estética definida a fim de informar com maior força midiática e aporte artístico que o tipo “edição simples”; Roteiro original, que possui uma melhor qualidade de topos os outros tipos, inclusive o documentário. Neste caso, apóia-se também na modalidade ficção, tendo como objetivo uma compreensão do grupo popular, e pode-se ampliar a reconstrução cidadã quando estendida a visualização para outros grupos; Suporte, quando o grupo analisa programas previamente gravados e deste ponto desenvolvem-se discussões. Tal análise é ampliada pelo YouTube, ampliando o grupo e ilimitado o alcance destes fragmentos de análise.

grupos populares; e por último o processo de exibição de vídeos populares de interesse dos movimentos populares para informação, animação, conscientização e mobilização.

Diante do material disponível, busquei construir uma cartográfica dos conflitos a partir dos sistemas produtivos sul e norte da empresa tendo como referência os programas e projetos sociais desenvolvidos pela Fundação Vale nestes trechos. A análise desses materiais foi orientada por um roteiro, conforme quadro abaixo, e construído pelas questões: os sujeitos envolvidos nestes conflitos; a natureza dos conflitos; formas de enfrentamentos tanto pela empresa como pelos homens e mulheres em cena; relação entre esses conflitos e compromissos sociais auto declarados pela empresa enquanto empresa socialmente responsável.

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO CONFLITOS X ATUAÇÃO SOCIAL			
Região do Conflito			
Origem do conflito			
Conflitos			
Sujeitos envolvidos			
Mediadores			
Interesse Empresa			
Atuação Social da Empresa			
Fonte dos Dados			

Quadro 1.

A sistematização deste estudo foi estruturada em quatro secções. Uma primeira, em que procuramos apresentar nossa perspectiva teórico-metodológica, o objeto de pesquisa, nossas hipóteses, o que e como escolhemos como estudo: *Opções teóricas e percursos da pesquisa*. Enfim, tal como Umberto Eco assevera, nesta parte é necessário esticar o fio do varal, e essa foi nossa intenção.

Em *Intervenção Social dos Empresários: configurando modelos*, selecionamos três modelos, e cumpre destacar que poderiam ter sido outros e

diferentes formas e modelos de intervenção, mas à medida que me aproximava da (re) construção da atuação social dos empresários, a relação sujeito- objeto foi se construindo nesta direção, tornando aquelas ações formas emblemáticas de **controlar, incorporar e gerenciar “o social.”** Cada um deles expressa tanto o enfrentamento da relação capital x trabalho como a busca de **legitimação do processo de acumulação**, ao nível interno de sua força produtiva, como externamente envolvendo em escalas crescentes o conjunto da sociedade.

No terceiro capítulo, buscamos a singularidade da empresa em estudo: sua origem, os processos de mudanças e que a torna emblemática no estudo que desenvolvemos sobre a intervenção dos empresários, tendo ela um histórico rico e complexo no processo de atuação social empresarial.

No último capítulo, os sujeitos envolvidos em situação de conflito com a empresa, e considerando nossa hipótese de que um dos elementos fundamentais da RSE é estruturar, também, uma contraface à emergência de conflitos internos e externos aos interesses do capital, procuramos identificar a manifestação contraditória entre intervenção e conflito social. Foi utilizado instrumental disponível pelas mídias digitais (*internet, sites institucionais* e outros endereços eletrônicos) com ênfase no *YouTube*, considerando-o como um modo de comunicação áudio-visual que vem dando visibilidade aos interesses e condições de vida de grupos sociais e sistemas ambientais atingidos (e prejudicados) pelo avanço da produção generalizada de mercadorias, e por se constituir, na contemporaneidade, em um instrumento com caráter democrático pelo fato da exibição e visibilidade dos sujeitos antes invisíveis ao conjunto da sociedade.